

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

31 de Agosto a 05 de Setembro Nº53

ÁFRICA DO SUL: Violência em foco

O ANC recusou mais uma proposta do governo sul-africano para a retomada das negociações que determinariam o novo quadro político e jurídico no país, por julgá-la uma "tentativa de reestruturação unilateral da sociedade". Neste ínterim, continua a violência nas ruas, que já causou a morte de mais de 6.000 pessoas nos últimos dois anos, segundo relatório divulgado pela Comissão de Direitos do Homem, presidida pelo juiz Richard Goldstone, cuja condução dos trabalhos da Comissão vem recebendo fortes elogios. Esta Comissão vê-se reforçada pela criação de um comitê, com atribuições que dizem respeito basicamente à investigação de "possíveis" (e numerosos) casos de conduta imprópria das forças de segurança. A criação deste comitê foi saudada como fato positivo, destaca o Público, por forças políticas de diferentes quadrantes; o ANC, o Inkatha e o governo sul-africano teriam manifestado seu apoio à esta extensão dos poderes da Comissão Goldstone.

Um fato importante foi o anúncio, por parte de Dieter Gerhardt, antigo responsável por uma base naval da África do Sul, preso desde 1983 por espionar para os soviéticos e libertado há poucos dias, de que o governo De Klerk mostra-se disposto a libertar todos os presos políticos ainda encarcerados. Isto pode ter significativos desdobramentos, posto que este é um ponto particularmente delicado nas negociações entre os movimentos democráticos e o governo; o ANC, por exemplo, afirma ter cerca de 400 militantes aprisionados. Caso se confirme esta notícia, isto pode significar que o governo sul-africano, para além das declarações propagandistas, aceita realmente negociar o futuro político do país. (p. 12)

ANGOLA: A definição das estratégias de campanha do MPLA e da UNITA.

Com o início oficial da primeira campanha eleitoral a ser realizada em Angola definiu-se com maior nitidez as estratégias dos dois principais partidos, que certamente disputarão de forma bipolarizada as eleições presidenciais. A única chance dos

NESTA EDIÇÃO:

Angola: Campanha eleitoral na TV
p.01

Mudança do regime constitucional
em Angola
p.04

Whitney W. Schneiteman analisa as
perspectivas de guerra e paz em
Angola
p.06

Aproximação diplomática entre a
Guiné-Bissau e o Senegal
p.09

Futebol: Moçambique vence Lesoto
p.10

pequenos partidos encontra-se nas legislativas onde será possível, em virtude do reduzido tempo de campanha e da concentração da máquina eleitoral do MPLA e da UNITA nas eleições presidenciais, obter os votos necessários à eleição de seus principais quadros.

O MPLA já definiu os seus pontos de campanha: a preservação da paz e a garantia de segurança após as eleições. Esta ênfase na normalidade da vida civil e na preservação dos direitos humanos tenta chamar para o MPLA o sentimento de saturação com a guerra que a população tem demonstrado no seu cotidiano. Além disso busca manter a acusação de que continua a ocorrer o desrespeito aos direitos humanos por parte da UNITA. Outro ponto a ser elaborado pelo MPLA será a tentativa de desmistificar a idéia de que o sul do país é da UNITA. Com este objetivo já se prepara no Futungo uma intensificação da campanha no interior. Esta intensificação contará com um grande aparato material. Já chegaram à Luanda 150 containers abastecidos de: roupas, bolas, pilhas, bicicletas, rádios e etc... que serão utilizados nestas incursões pelo interior.

A UNITA ainda não apresentou os resultados de sua

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

convenção realizada no Lobito, mas a sua estratégia de campanha não deve fugir à idéia de acusar o MPLA pela corrupção e pelo desgaste do país após 15 anos, além de reafirmar, seguindo as últimas orientações que tornaram públicas as alianças com outros partidos, a necessidade de um governo de unidade nacional. Este último item, se aprovado, facilitará o ingresso na campanha de Savimbi, daqueles pequenos partidos temerosos de se acoplarem a um gigante como a UNITA, onde poderiam ser deluídos e consequentemente afastados dos principais cargos de um futuro governo. A consolidação de um governo de Unidade Nacional como ponto de campanha deverá ser encarada como a abertura de um espaço, mínimo que seja, para os pequenos partidos, em caso de vitória.

O problema mais sério neste momento em Angola reside no afastamento dos compromissos assumidos em Bicesse em decorrência do incremento da campanha eleitoral. A definição das estratégias de cada partido para a disputa eleitoral inibe qualquer tipo de aproximação dos dois maiores partidos angolanos, mesmo que seja para solucionar problemas deste período anterior as eleições. É justamente por este motivo que ainda não se acertou uma data limite para a extinção dos exércitos partidários.

A própria CCPM passa a ser atacada por ambos os lados, a partir do momento em que estes trocam acusações mútuas em função das eleições. A neutralidade da comissão fica complicada com o acirramento da disputa entre o MPLA e a UNITA. (pp. 01 e 08)

MOÇAMBIQUE: O país convive sob apreensões sucessivas.

Continua em Maputo os depoimentos dos envolvidos com o general Sebastião Marcos Mabote, acusado de em junho de 1991 ter tentado um fracassado golpe de Estado. Por outro lado, mutilados de guerra e antigos combatentes amotinaram-se exigindo o aumento das pensões de reforma e melhorias de suas condições materiais. A expectativa é que tais acontecimentos não se transformem em combustível para novos problemas político-militares.

No decorrer da Feira Internacional de Maputo (FACIM), da constatação de ser Moçambique o país africano com maior incidência de casos de cólera, e do apelo dos bispos católicos moçambicanos em favor da paz e da reconciliação nacional surge uma suspeita inquietante: a Renamo estaria projetando retomar o controle de algumas capitais de províncias antes da assinatura de um acordo de cessar-fogo. Esta possível ofensiva militar deixa-nos apreensivos quanto à desejada (e aparente) proximidade da paz. (pp. 10 e 11)

Candidatos às presidenciais angolanas passam pela TV

A terceira telenovela

PUBLICO

QUINTA-FEIRA, 27 AGOSTO, 1992

António Matos,
em Luanda

Os 13 candidatos às eleições presidenciais angolanas estão a ser entrevistados em directo pela Televisão (TPA), numa série que é já conhecida como a terceira telenovela. Isto enquanto a tensão política continua a não dar sinais de diminuição e recai sobre as forças das Nações Unidas uma onda de descrédito.

“**E**m sua opinião, qual dos candidatos perdeu o sentido do ridículo ao perfilar-se para a corrida presidencial?”, perguntava na terça-feira à noite um telespectador a Bengui Pedro João, candidato pelo Partido Social Democrata (PSD) à Presidência da República. Uma pergunta que é tudo menos ingénua, já que nos últimos oito dias outros candidatos têm protagonizado um triste espectáculo, que roça o surrealismo e cuja falta de nível apenas contribui para polarizar em José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi e nos seus respectivos partidos a disputa eleitoral de 29 e 30 do próximo mês.

Depois de uma péssima telenovela cubana (“Machucha”, às 20h00) e de outra brasileira (“Meu bem meu mal”, às 21h00), os serões televisivos em Angola têm sido preenchidos por entrevistas diárias aos candidatos presidenciais — uma série a que os angolanos já chamam a terceira telenovela. Pela pequena tela já passaram Alberto Neto, André Kilandamoko, Mfulupinga Victor, Daniel Chipenda, Rui Vitória Pereira, a sua irmã Anália Pereira Simeão e, terça-feira, Bengui Pedro João.

Este último surgiu como candidato pelo ESD depois da insólita rejeição, pelo Tribunal Popular Supremo, da candidatura da líder do partido: do registo criminal de José Manuel Miguel consta uma condenação, em 1968, a sete anos de prisão por ter violado uma sobrinha. O seu substituto avançou, então, porque “qualquer dirigente do partido tem de estar em condições de assumir este tipo de responsabilidade”. E o seu primeiro teste não podia ser mais elucidativo da sua preparação para concorrer ao mais alto posto da hierarquia do Estado, como acontecera aos entrevistados anteriores — excepção feita a Daniel Chipenda.

Signatários de Bicesse desencontrados

A chacota a que estes candidatos têm sido submetidos pelas questões formuladas te-

lenoficamente pelos telespectadores de Luanda (O senhor não tem vergonha de se candidatar a presidente?”, perguntava-se a André Kilandamoko, que no dia seguinte assistia a favor de Jonas Savimbi) apenas contribuiu, na opinião de alguns angolanos, para acentuar a bipolarização entre José Eduardo dos Santos e Savimbi e o MPLA e a UNITA nas eleições presidenciais e legislativas. Kilandamoko, que esteve “exilado” no Zaire, chegou a afirmar — para justificar as suas dificuldades em expressar-se em português — que a língua oficial

de Angola tanto podia ser o português como o francês, idioma em que parece estar mais à vontade.

Enquanto decorre esta “telenovela”, Savimbi e Eduardo dos Santos continuam desencontrados. Ambos tinham concordado, no dia 19, com a necessidade de um encontro para consolidar a aplicação dos acordos de paz, assinados em Bicesse, antes do início da campanha eleitoral. O protocolo de Estado pôs, então, a circular a informação de que essa reunião estava agendada para a tarde da passada segunda-feira, o que foi

desmentido pela UNITA. Jonas Savimbi encontra-se no Huambo desde sexta-feira e o encontro, na verdade, não se realizou, facto profusamente noticiado pelos órgãos de comunicação social estatais. O partido de Savimbi emitiu depois um comunicado desmentindo “a confirmação da encontro pelas duas partes” e acusando o chefe de Estado de “falta de seriedade e responsabilidade”.

Este episódio é apenas mais um sinal da reduzida cooperação política entre os signatários dos acordos de paz, o que, segundo alguns

observadores internacionais, contribui para aumentar a tensão no país. Os dois partidos continuam a acusar as forças das Nações Unidas estacionadas em Angola (UNAVEM II) de ineficácia: um alto responsável da UNITA afirmou à Vorgan (rádio do partido) que “eles estão apenas a fazer turismo” e antigos combatentes do MPLA no Luena — segundo o “Jornal de Angola” — “queixaram-se” a José Eduardo dos Santos da “imparcialidade da UNAVEM II, que não denuncia os desmandos da UNITA”.

A questão que neste momento mais preocupa os observadores do processo de paz é a ausência de uma data para a extinção dos dois exércitos partidários, que seria estabelecida no já referido encontro entre Eduardo dos Santos e Savimbi. ■

A PRIMEIRA campanha
que não
As duas forças hegemónicas
e/ou que pensam render
o Presidente José Eduardo
à unidade



eleitoral realizada até hoje em Angola começou oficialmente ontem, num ambiente de festa, chega, porém, para esvair a tensão que se vive praticamente em todo o país. da cena política angolana, MPLA e UNITA, recorrem às libes mais divididas: o partido no poder utilizando como dos Santos, colocando a tônica na paz e na segurança e nacional; o movimento de Savimbi denunciando a corrupção algumas «novidades». Por já sob este pano de fundo que a (Parlamento) removeu quarta-feira os últimos obstáculos legais à realização das primeiras eleições multipartidárias, provisória da Constituição de um país que deixa de ser República Popular para ser apenas República de

«armas» que podem
emblemática o seu líder,
(re)apelando
do Governo,
Assembleia do Povo
adoptando a revisão
Angola

ELEIÇÕES ANGOLANAS ARRANCAM EM FESTA

EXPRESSO, Sábado, 29 Agosto 1992

Gustavo Costa em LUANDA

LUANDA e Lobito foram as cidades escolhidas pelos dois grandes partidos políticos angolanos, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para darem ontem oficialmente início à primeira campanha eleitoral em Angola.

Numa atmosfera de reservada expectativa, todos aguardam a prometida festa jamais vista, animada com os mais sofisticados recursos pirotécnicos, espectaculares concertos musicais com artistas «importados» pelos dois partidos, passeatas desportivas e comícios. Não se sabe exactamente quanto será despendido em termos globais, mas em diversos círculos considera-se que os meios financeiros que o MPLA e a UNITA empregarão são «um atentado à extrema pobreza que neste momento atinge a população».

Tudo isto não chega para ofuscar o pesado ambiente que se vive em todo o país e que se adensou ainda mais depois do abortado encontro que deveria ter lugar segunda-feira entre o Presidente Eduardo Santos e o líder da UNITA para analisar o processo de paz. A anulação da reunião, que era tida como um imperativo para descomprimir os ânimos visivelmente exaltados, está a gerar o receio de que a campanha eleitoral venha a servir de pretexto para acentuar a crise entre as partes num cenário que alguns dizem ser «cada vez mais explosivo».

Os banhos de multidão que envolveram até quinta-feira a ofensiva política do Presidente Eduardo dos Santos pelo interior do país, a estratégia de concertação arquitectada por Jonas Savimbi para conquistar maior espaço de manobra no Norte de Angola e o surgimento de Daniel Chipenda como «candidato de equilíbrio» entre os dois dominam o início desta campanha.

O seu começo coincide entretanto com o aumento de rumores que apontam para uma eventual impugnação das eleições, tanto pela parte da UNITA como pelo MPLA, que já fez saber que «se oporá à realização do escrutínio nas zonas onde, embora tenha havido registo, não exista administração do Estado».

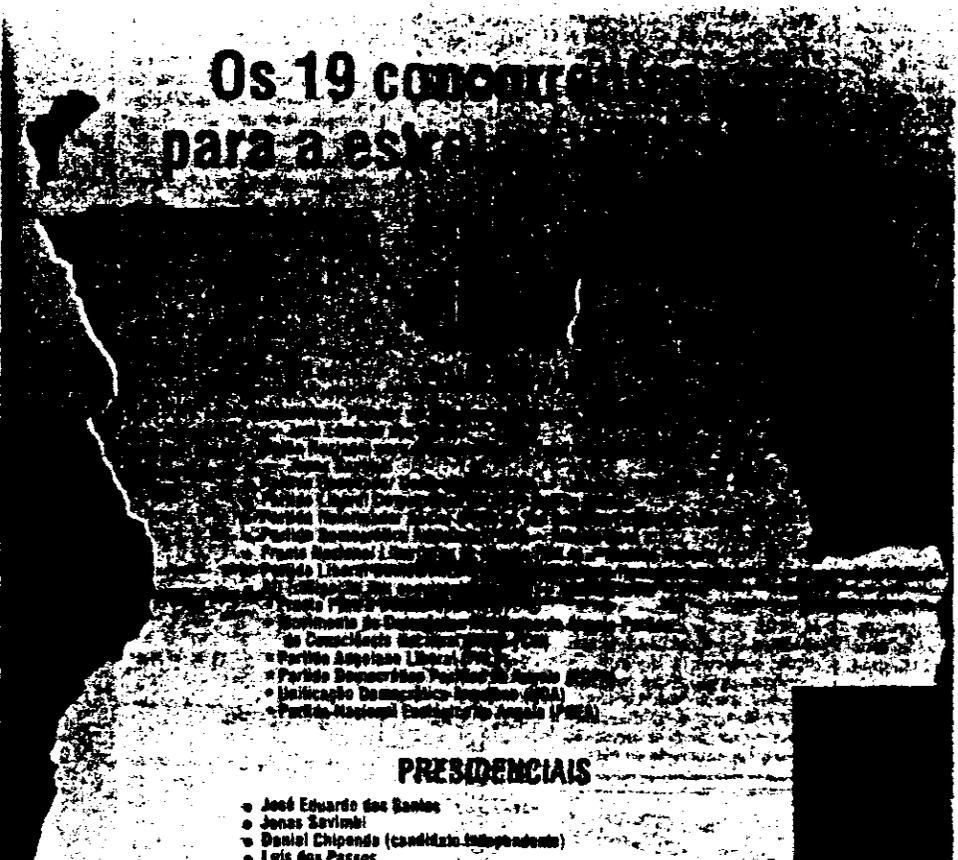
Por outro lado, o lançamento de uma emissão televisiva pela UNITA e a abertura de uma estação emissora que apoiará a campanha de Daniel Chipenda poderá também vir a alimentar o rustilho para um novo braço-de-ferro entre a oposição e o Governo. Boatos segundo os quais a ala mais radical do regime gostaria de ver retirado o tempo de antena destas forças e respectivos candidatos da televisão estatal foram desmentidos por um jurista, que sublinhou que tal «decisão não teria qualquer base legal, porque é de exclusiva competência do Conselho Nacional Eleitoral».

Resistências

A UNITA parece estar igualmente apostada em pôr em causa uma eventual falta de transparência do processo eleitoral, admitindo condicioná-la à extinção da força antimotim, no mesmo tempo que diz ter aceite «sob reserva os resultados do registo eleitoral, que deixou de fora mais de 500 mil pessoas».

A esperança dos angolanos reside agora no papel dos observadores, numa altura em que as máquinas eleitorais do MPLA e da UNITA galvanizam os respectivos apoiantes. Depois de ter obtido a renúncia de dois candidatos à presidência da República e de ter conquistado o apoio de um terceiro partido da oposição, o movimento de Jonas Savimbi aprovará neste fim-de-semana no Lobito a sua plataforma eleitoral. O grau de adesão da população daquela região portuária ao seu projecto político é visto como um teste, sobretudo depois de Eduardo dos Santos ter sido alvo, há três semanas, da maior manifestação de apoio a uma candidatura presidencial no período pré-eleitoral. A UNITA parece confiante no eleitorado do Lobito e poderá em breve transferir da Jamba para aquela cidade o seu estado-maior.

Alguns analistas admitem que Eduardo dos Santos poderá ter «recuperado algum espaço perdido na sequência dos erros cometidos pela UNITA» mas, para já, não deixam de manifestar algumas reservas face à atitude «extremamente volátil» da população votante. «Não há nenhuma garantia de que as pessoas que ocorrem nos comi-



Os 19 concorrentes para a esca

- José Eduardo dos Santos
- Jonas Savimbi
- Daniel Chipenda (candidato independente)
- Luís dos Paços
- António Simão
- Rui Caldeira
- Alberto Melo
- Holden Roberto
- Henrique Lande
- Simão Cacela

PRESIDENCIAIS

EXPRESSO, SÁBADO 29 DE AGOSTO DE 1992
Lisboa envia oficiais e técnicos para Angola

PORTUGAL vai enviar para Angola 22 oficiais das Forças Armadas e oito técnicos do STAPE para participarem no processo eleitoral que decorrerá ao longo do próximo mês — disse uma fonte oficial. Cinco oficiais especializados em controlo aéreo e cinco outros em logística, todos da Força Aérea, reforçarão o dispositivo da ONU no terreno, enquanto três outros oficiais da FA, quatro da Marinha e cinco do Exército estarão presentes como observadores. Por outro lado, a UNITA dirigiu convites a mulheres de três partidos portugueses — Maria João Sande Lemos (PSD), Maria Antónia Palla (PS) e Margarida Mayer (CDS) — para testemunharem o acto eleitoral, que terá lugar nos dias 29 e 30 de

PS diz 'não' à UNITA

O SECRETARIADO Nacional do PS declinou esta semana, sem explicações, o convite da UNITA para se fazer representar na I Convenção daquela organização política, que ontem se iniciou na cidade angolana do Lobito — disse ao EXPRESSO fonte próxima de Jonas Savimbi. A recusa dos dirigentes socialistas em participar no encontro — a que assiste o presidente do CDS, Manuel Monteiro, e um representante do PSD — é a resposta, tida como adequada, ao malogro da visita a Luanda de António Guterres, que não conseguiu ser recebido pelo líder da UNITA.

cios do Presidente, não venham a ser as mesmas que se mobilizaram para apoiar Jonas Savimbi», disse ao EXPRESSO um dirigente da oposição.

Certo é que tanto Eduardo dos Santos como Jonas Savimbi estão à frente da grelha de partida, com largas vantagens sobre os outros candidatos, mesmo se, nesta corrida, e como já alguém disse, a tendência do voto venha a ser nos meios urbanos «mais anti-UNITA do que propriamente pró-MPLA». E só muito dificilmente os outros candidatos de maior peso, Daniel Chipenda e Holden Roberto, líder histórico da FNLA, conseguirão evitar a bipolarização das eleições. Quanto aos restantes candidatos, embora as suas intervenções possam reduzir a tendência para a abstenção, são antes tidos como potenciais aliados de uns e outros, que, a devido tempo, poderão orientar os seus eleitores a votar em Eduardo dos Santos ou Savimbi.

Paz, dinheiro e direitos humanos

EXPRESSO, Sábado, 29 Agosto 1992

Luanda rejeita protecção norte-americana

EXPRESSO, Sábado, 29 Agosto 1992

A PRESERVAÇÃO da paz e a garantia de um clima de estabilidade e de segurança civil depois das eleições constituirão os pontos cardeais da campanha eleitoral do MPLA, de que José Eduardo dos Santos será o emblema. É a ele que cabe esgrimir as armas no reforço da unidade nacional e na observância pelo respeito dos direitos humanos, um campo muito sensível à população e com o qual o partido no poder conta debilitar o seu principal adversário nas eleições legislativas.

A estratégia que o «estado-maior» da campanha eleitoral do MPLA está a preparar para o interior do país pretende desmistificar a ideia de que «o Sul é da UNITA» e «trazer a lume o rosário de destruições de infra-estruturas atribuídas ao movimento de Savimbi», segundo um responsável do «staff» eleitoral.

Não foi por acaso que Eduardo dos Santos encerrou anteontem a sua campanha pré-eleitoral em Malange, onde dispõe de uma confortável base de apoio. A cidade é também um dos principais focos de tensão do país e Eduardo dos Santos preocupou-se em acalmar a revolta da população contra aquilo que consideram a «militarização dos comités-piloto da UNITA».

Ao tecer pela primeira vez duras críticas ao comportamento da das forças da ONU e ao anunciar o envio de um relatório de protesto ao secretário-geral da ONU, o Presidente terá pretendido assim retirar alguns dividendos junto do seu eleitorado. Diplomatas consideram que existe um objectivo de «exaltação do clima de insegurança que se vive em várias regiões do país e da necessidade de generalizar a implantação da política anti-motim».

Outra «jogada» eleitoral do MPLA foi a abertura a antigos militares da UNITA e da FNLA da Associação dos Antigos Combatentes, tendo o Governo prometido a liquidar até Dezembro de todos os vencimentos em atraso. Luanda estará disposta a custear o pagamento das actuais residências dos antigos combatentes e a apoiar todos os que, independentemente da sua obra política, pretendem construir a sua habitação.

A campanha também inclui a distribuição de material de apoio à candidatura de Eduardo dos Santos e ao MPLA, embalado em mais de 150 contentores provenientes de Macau e Portugal, com camisetas, bolas de futebol, cartazes, bonés, pulseiras, etc.

A Luanda chegaram milhares de bicicletas, geradores, rádios, pilhas, televisores e outro equipamento, que serão oferecidos pessoalmente por Eduardo dos Santos durante as suas deslocações pelo interior. Assessorada por brasileiros e dois portugueses afectos ao PS, a campanha do MPLA será apoiada por mais de 100 viaturas de marca portuguesa UMM, «jeeps» Toyota e autocarros, cuja encomenda foi accionada através da Sacilda e da Tecnocarro.

Toda esta operação será complementada com a inauguração pelo presidente de uma série de empreendimentos de carácter económico e social perfeitamente sintonizada com a campanha eleitoral do MPLA que, segundo um economista independente, «vai recorrer a todos os meios para sustentar a campanha», mas não encontrará «receita para travar o alto custo da vida, com o dólar a ultrapassar esta semana a fasquia dos três mil kuanzas, estabelecendo um novo recorde na Bolsa».

Até mesmo o aniversário de Eduardo dos Santos parece estar a ser aproveitado para propaganda. A festa natalícia foi ontem celebrada e na manhã de hoje, aproveitando o clima emocional, será realizado um comício do MPLA na zona suburbana do Cazenga, manifestação que poderá ser o primeiro teste à capacidade de mobilização do partido governamental na capital do país.

G.C.

UMA onda de violento anti-americanismo agitou esta semana os círculos mais radicais de poder em Angola, que reagiram fortemente à proposta da Casa Branca de efectivos americanos assegurarem a protecção e transporte das urnas de voto do interior para Luanda.

Os Estados Unidos, segundo apurou o EXPRESSO, puseram à disposição do Governo angolano 20 helicópteros das suas Forças Armadas e propuseram o envio de efectivos da sua Guarda Nacional ou mesmo do Exército americano para garantir essa operação, que corra a realização das primeiras eleições livres na Angola independente.

A pronta reacção do Conselho de Ministros, que considerou a proposta como «uma ingerência na soberania angolana» e que, como tal, só podia ter como resposta um «não categórico», não impediu contudo que outras hipóteses de «ajuda» fossem consideradas, nomeadamente da parte da França ou de Espanha (que o Presidente-candidato José Eduardo dos Santos visita a partir de hoje), dada a incapacidade angolana de prover ela própria a essa necessidade.

«Em Setembro Angola vai parar», prognosticava aqui há meses um conhecido analista do país. Enganou-se. O país não só não esperou por Setembro para parar como, antes disso, foi atravessado por uma vaga de tensão.

UNITA nega intenção de adiar eleições

E se Luanda agiu de forma aparentemente discreta à proposta americana, não foi sem apreensão que a ligou ao suposto envolvimento de aviões sul-africanos em operações de «radiografia» das posições das zonas de acantonamento das tropas governamentais durante o registo eleitoral.

Uma fonte governamental disse mesmo que esse foi um dos motivos que acabaram por originar a exclusão da participação sul-africana pelo Governo neste processo, por estarem a fornecer apoios militares de várias ordens à UNITA.

A suposta tentativa de levar alguns círculos americanos afectos à UNITA a pressionar o Governo de Angola a adiar as eleições, de acordo com uma informação citada a partir de Washington por meios diplomáticos, foi entretanto rejeitada por um membro da direcção do mo-

vimento de Jonas Savimbi, que confessou que «nem a UNITA nem o MPLA estão em condições de suportar um adiamento das eleições». Para um membro do Conselho Nacional Eleitoral, que não pertence a nenhum dos partidos signatários dos acordos de Estoril, «seria uma catástrofe para Angola, que está a rebenotar pelas custuras e que não aguenta mais esta situação, suportar este dramático cenário».

A agitação foi suficiente para que as embaixadas ocidentais acreditadas em Luanda começassem a prevenir os seus cidadãos sobre a necessidade de reforço de medidas de precaução, veiculando neste sentido informações expressas sobre o perimetro de circulação a obedecer dentro e na periferia da cidade de Luanda.

Empresas estrangeiras apreensivas

Sabe-se que alguns desses países têm organizadas operações de evacuação de emergência em 24 horas dos seus compatriotas. A França, nomeadamente, fez deslocar a Luanda uma equipa de paraquedistas para reconhecer a situação, prevenindo um cenário em que o Gabão serviria de principal base de recepção dos franceses, em caso de crise aguda no processo de paz angolano.

Também diversas empresas estrangeiras têm estado a aconselhar os seus funcionários a gozarem férias neste período, coincidindo esta apreensão com uma saída massiva de crianças e mulheres de alguns quadros e dirigentes do partido governamental, que «não querem ver os seus familiares envolvidos na repetição da tragédia de 1975», conforme confidenciou ao EXPRESSO um dos familiares.

Polícia acusada de servir o MPLA

Apesar disso, é em torno da existência da polícia de emergência que poderá a qualquer momento despoletar-se um perigoso braço-de-ferro entre as partes, depois das violentas acusações mútuas trocadas esta semana.

O Governo criticou severamente, quarta-feira, o Departamento de Estado norte-americano por ter considerado a existência da polícia anti-motim como «um foco de tensão», ao mesmo tempo que reafirmou «o reforço do prontidão combativa» deste corpo para fazer face à

onda de desmandos, de criminalidade e de infiltração de considerável arsenal de material de guerra nos comités-piloto de Jonas Savimbi. Uma fonte de UNITA considerou, entretanto, a referência policial como «uma extensão das FAPLA, formada à revelia dos acordos de Estoril, cujo desdobramento poderá constituir um novo rasto para reacender o conflito».

A polícia declara, entretanto, não possuir os 30 mil homens que a UNITA diz que o Governo transferiu clandestinamente das FAPLA e, perante a vaga de intimidação de que continuam a ser alvo os efectivos, «não tolerará mais actos perpetrados por elementos da UNITA que ponham em causa a nossa soberania», de acordo com declarações de um funcionário do Ministério do Interior.

Outro factor importante de preocupação dos angolanos, cada vez mais angustiados com a expectativa do «adivinho», foi a extremada resposta do estado-maior do movimento de Jonas Savimbi à posição da polícia.

Um comunicado tornado público logo a seguir dá conta que «as FALA (forças armadas da UNITA) nunca vão tolerar a polícia antimotim e que «a UNITA só aceitará o resultado do escrutínio nacional se as eleições forem livres, justas e transparentes».

Angolanos ainda não dormem em paz

Estas declarações só fizeram enervar ainda mais o clima de desconfiança entre as partes, numa altura em que decrease aceleradamente a autoridade da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), ao mesmo tempo que sobem de tom e de cinismo, ao nível das chefias, as intervenções tanto governamentais como da UNITA.

Prisioneiros de guerra ainda não libertados e arsenal militar das duas partes fora do controlo da Comissão Conjunta de formação das Forças Armadas (CCFA) constituem outras tantas preocupações que a prevista extinção das FAPLA (exercício governamental) e das FALA (forças da UNITA), neste fim-de-semana, ou a tomada de posse dos comandos do estado-maior das futuras Forças Armadas Angolanas, não chegam para deixar os angolanos dormir em paz.

A.F.

Operações de charme e denúncia de corrupção

EXPRESSO, Sábado, 29 Agosto 1992

A CORRUPÇÃO e a forma como o MPLA governou o país durante os últimos 15 anos vão ser o prato-forte da campanha eleitoral do movimento de Jonas Savimbi, que ontem se iniciou em todo o país.

A exploração destes dois temas está no entanto longe de esgotar a estratégia da UNITA, que também vai apostar na acusação de uma série de compromissos «mal equacionados» pelo MPLA e bater-se pela criação de um governo de unidade nacional como única garantia para assegurar a estabilidade.

O espectro de destruição do país atribuído à UNITA pelo MPLA e os alegados actos de intimidação por parte dos soldados das FALA não parece preocuparem os homens de Jonas Savimbi, «confortados pelo enorme desgaste que o Governo e o Presidente sofreram com a ruimosa gestão dos recursos económicos do país».

Segundo um dos principais responsáveis da campanha de Jonas Savimbi, depois de Eduardo dos Santos «ter saído do cargo, quem se desgastou foi o Governo e, agora, como conhecemos as principais linhas de força da campanha do MPLA, temos a nossa tarefa facilitada».

O mesmo dirigente afirma que a UNITA beneficia de larga vantagem nas províncias do Zaire, Uíge, Bié, Moxico, Huila, Namibe, Kuando-Kubango e Huambo. Ao aceitar a supremacia do MPLA em Malange, Kunene e Kuanza-Sul é um equilíbrio relativo no Bengo, aquele responsável considerou Luanda como um espaço incógnito e garantiu o estabelecimento de novas alianças que «constituirão surpreendentes novidades».

A UNITA também pretende utilizar a força antimotim como arma eleitoral, para o que deverá denunciar a existência do grupo «Fubu», constituído por desertores das tropas governamentais que se encontravam em zonas de acantonamento na região de Malange.

O «amigo americano»

A base material da UNITA para esta campanha conta, entretanto, com um apoio aberto dos americanos, que deverão ajudar o movimento

de Jonas Savimbi a montar, a partir de segunda quinzena de Setembro, uma espectacular «operação de charme».

Dadas as enormes carências alimentares e sanitárias da população, a máquina eleitoral de Jonas Savimbi tem a intenção de distribuir, com apoios americanos e eventualmente através do aluguer de aeronaves sul-africanas, quantidades consideráveis de medicamentos e de produtos alimentares armazenados em embalagens que terão na parte superior o símbolo da UNITA gravado.

«Se o voto tribal pesar nestas eleições, não devemos excluir a importância demagógica da exploração do «voto alimentar ou sanitário», afirma um quadro do MPLA, receando que esta operação da UNITA em algumas zonas do interior, que não receberam no passado a atenção devida por parte das autoridades, venha a mobilizar o voto das populações rurais.

O movimento de Jonas Savimbi espera propaganda diversa vinda de Portugal e dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que fará coincidir a campanha com o lançamento de uma emissão televisiva que «visará por termo à grosseira instrumentalização de que a opinião pública é diariamente alvo por parte da televisão do MPLA».

Entretanto, centenas de vitaturas que desembarcaram no porto de Lobito apoiarão a campanha de Jonas Savimbi ao longo do corredor que abarca toda a linha férrea de Benguela, onde a UNITA espera obter apoios decisivos para o seu triunfo eleitoral.

G.C.

EXPRESSO, Sábado, 29 Agosto 1992

A última Assembleia do Povo

O MOSAICO constitucional de Angola conheceu quarta-feira uma histórica mudança, com a adopção pela Assembleia do Povo, na sua última sessão antes da realização das eleições, de um regime semipresidencialista. A revisão da Lei Fundamental foi objecto de discussões entre o Governo e a oposição, devendo o novo projecto entrar em vigor a partir de Setembro e «até que o futuro órgão legislativo decida e concretize o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da nova Constituição da República de Angola».

A UNITA manifestou já a sua concordância na adopção do semipresidencialismo, mas fez saber que só participou na sua discussão para não se cair num vácuo jurídico. E prometeu que, depois das eleições, haverá que mudar muita coisa, com um parlamento diversificado onde estejam representadas todas as forças políticas da nação.

Alguns observadores consideram, no entanto, que a nova lei concede poderes demasiado amplos. Esta foi uma das razões que levaram um dos

deputados a questionar a proposta, face à eventualidade de Eduardo dos Santos não ganhar as eleições. Essas competências conferem «de jure» ao chefe do Estado um papel decisivo na definição e condução da política da nação, assumindo-se como um presidente do Conselho de Ministros que não terá um papel meramente decorativo.

O texto legal introduz ainda substanciais alterações à moldura da administração da justiça e organização judiciária e define os contornos essenciais do estatuto constitucional dos magistrados judiciais e do Ministério Público.

Se a alteração da designação do nome do país era previsível, passando a chamar-se unicamente República de Angola, a questão da pena de morte produziu acesa discussão e a sua reposição acabou por ser reprovada por apenas nove votos de diferença. Menos problemático foi o artigo referente à não permissão da extradição por motivos políticos de cidadãos angolanos, ficando decidido que apenas os estrangeiros serão extraditados.

G.C.

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 31 AGOSTO 1992

ATENTADO EM ANGOLA — O director da campanha eleitoral do MPLA, Kundi Paihama, escapou ontem ileso a um aparente atentado na província do Huambo, ao passo que no vizinho Bié morreram duas pessoas em confrontos envolvendo também alegadamente militares da UNITA. Segundo a Rádio Nacional de Angola, que transcreveu despachos dos seus emissores provinciais, Kundi Paihama não foi atingido por um tiroteio atribuído a guerrilheiros das Forças Armadas de Libertação de Angola, o exército da UNITA. Paihama regressava ao Huambo de um comício em Longorjo, quando a sua caravana automóvel foi alvejada, num ataque que fez um morto e seis feridos, três dos quais em estado grave. As vítimas não foram identificadas.

PÚBLICO

DOMINGO, 30 AGOSTO 1992

A CAMPANHA eleitoral para as primeiras eleições presidenciais e legislativas de 29 e 30 de Setembro em Angola começou ontem, com a realização de um comício do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no bairro suburbano de Cazenga, em Luanda, e o início, no Lobito, da Convenção da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). No comício de Luanda, alguns milhares de pessoas manifestaram o seu apoio ao Presidente cessante, José Eduardo dos Santos, e ao programa de Governo do MPLA, que tem como palavra de ordem «o futuro certo». O programa atribui à guerra com a UNITA e ao êxodo dos portugueses após a inde-

pendência a culpa de todos os males do país. A solução para o desenvolvimento é, segundo o MPLA, a economia de mercado, embora com «mecanismos de protecção» para os mais desfavorecidos. A UNITA, por seu lado, só apresentará a lista dos seus candidatos e o manifesto eleitoral após a Convenção do Lobito. Mas declarou já que é o partido responsável pela conquista da democracia e que a via deverá ser a economia de mercado, com o investimento a constituir «a condição essencial do desenvolvimento sustentado». Além dos dois partidos principais e seus líderes, apresentam-se às eleições outros 14 partidos e 11 candidatos presidenciais. ■

PÚBLICO 28 AGOSTO 1992

FESTA DE ANGOLA

Em 1990 o magnífico espaço junto ao Castelo de S. Jorge serviu já de cenário para uma série de espectáculos de música cabo-verdiana — "Cabo Verde Terra Stimada" — e no ano passado coube a vez à Guiné-Bissau. O programa deste ano, incluído na série "Sonhar África num Outono em Lisboa", é de longe o mais ambicioso. Para além do referido concerto de encerramento, que terá lugar no Coliseu dos Recreios e promete ser a mais notável mostra de música africana até agora realizada em Portugal, estão previstos espectáculos com Carlos Burity, André Mingas, Afro Sound Star, Tropical Band e Paulo Flores, entre outros. Destaque para o grupo de música e dança tradicional, Os Jovens do Hungo, e para o Ballet Nacional de Angola, este último com espectáculos marcados para os dias 7 e 8 próximos, no Teatro S. Luiz.

O grupo de cabetula, Coruja e Corujinha, poderá também surpreender os portugueses. A cabetula é uma curiosíssima fusão entre o teatro mimado e a dança, surgida em Luanda nos anos 80. Manifestação espontânea da juventude luandense, a cabetula recupera uma dança tradicional de feiticeiros e pare-

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

ce ter sido desencadeada pela febre da break dance, com a qual tem algumas afinidades. Esta manifestação de criatividade popular corre infelizmente o risco de desaparecer sem deixar rasto; os principais grupos de cabetula desfizeram-se e consta que um dos duos pioneiros, O Bruxo e a Bruza, se encontram actualmente em Portugal, empregados na construção civil.

Entre os músicos que se deslocam especialmente a Lisboa, o destaque vai para Filipe Mukenga e os Irmãos Kafala. Mukenga é um nome já conhecido dos portugueses, com um álbum editado pela Valentim de Carvalho, "Novo Som", e uma actuação no Coliseu dos Recreios numa data histórica: 31 de Maio de 1991, o dia da paz em Angola. Timido e introvertido, criador de baladas plácidas, muito trabalhadas, Filipe Mukenga não foi na altura capaz de agarrar um público que vinha sobretudo disposto a dançar com as coladeras e funanáis do grupo cabo-verdiano Os Tubarões.

Tal como Mukenga, os Irmãos Kafala praticam um som muito afastado daquilo que normalmente se entende ser a música africana. Naturais de Benguela, de etnia ovimbundu, os Kafala cresceram a ouvir os grandes corais das missões protestantes e o velho pop dos anos 60; a sua música combina todas

estas influências e é hoje a mais conseguida experiência de música urbana em Angola. Embora não editados em Portugal, onde actuam pela primeira vez, os Kafala lançaram um álbum na Alemanha e em Inglaterra, "Ngola", com a chancela da Real World.

Para além da música e da dança, a "Kizomba" — termo angolano para festa — inclui teatro, cinema, actividades de circo, exposições de artes plásticas e uma série de conferências sobre temas políticos e culturais. Tendo início a três semanas das primeiras eleições livres em Angola, assume para todos os angolanos radicados em Lisboa um significado especial: é a "kizomba" da paz e da democracia. Para os portugueses é a oportunidade de descobrir Angola, descobrindo algo de si próprios no paladar crioulo da culinária luandense ou no ritmo mestiço do merengue e da rebita. ■

Programa previsto em Setembro
Chupilla: Paulo Flores (8), Carlos Burity (17), Irmãos Kafala (18), Jovens do Hungo (16 e 18)
São Luiz: Ballet Nacional de Angola (7 e 8)
Coliseu dos Recreios de Lisboa: Bonga, Eduardo Paim, Filipe Mukenga (19)

Chefias militares tomaram posse em Luanda

NO MESMO dia em que foi aprovada a revisão constitucional em Angola, contendo as salvaguardas que abrangem o Comando Superior das Forças Armadas Angolanas, foram divulgados os nomes dos chefes dos três ramos das novas Forças Armadas e dos comandantes das regiões militares. Ontem à tarde, numa cerimónia realizada no Estado Maior General das FAA, em Luanda, foram empossados Gaspar Rufino (ex-FAPLA, forças armadas governamentais), na Marinha, Domingos Lutoki "Wiyo" (ex-FALA, Exército da UNITA), no Exército, e Pedro Neto (ex-FAPLA), na Força Aérea. A cerimónia foi presidida pelo comando superior das FAA, composto pelos generais Abílio Numa e João Matos. A estrutura territorial do novo Exército é a seguinte: Norte (com sede em Uíge), Centro (Huambo), Sul (Lubango), Leste (Saurimo), Zona Militar de Cabinda e Guarnição Militar de Luanda. Na opinião dos observadores do processo de paz que assistiram à posse, este foi um passo fundamental, "por significar o ponto sem retorno no levantamento das FAA". ■

António Matos, em Luanda

Dissidentes da UNITA retidos no Huambo

TONY DA COSTA Fernandes e Paulo Tchিপilica, dois antigos dirigentes da UNITA que no início do ano abandonaram o partido, encontravam-se retidos ontem à noite no aeroporto do Huambo — noticiou a Rádio Nacional de Angola. O avião em que os dois dissidentes do partido de Jonas Savimbi regressariam a Huambo depois de uma visita à cidade do planalto central terá sido cercado por centenas de militantes da UNITA que, ainda segundo o relato da emissora oficial, tentaram incendiar a aeronave, impedindo a sua decolagem.

Tony da Costa Fernandes, N'Zau Puna e Paulo Tchипilica constituíram no passado mês de Julho a Tendência de Reflexão Democrática da UNITA, depois de terem abandonado as funções directivas que desempenhavam no partido. Depois da sua saída do país, nos primeiros dias de Fevereiro, os generais Puna e Fernandes acusariam Jonas Savimbi de ter mandado executar Tito Uningundji e Wilson dos Santos. Puna, antigo "número dois" e "ministro" do Interior da organização que tinha quartel-general na Jamba, faria depois um relato das circunstâncias em que terá ocorrido a morte dos antigos representantes da UNITA em Washington e Lisboa, durante uma conferência de imprensa realizada em Luanda em Junho, e rodeada de inusitadas medidas de segurança.

Recorde-se que o líder da UNITA, Jonas Savimbi, se encontra no Huambo desde a passada sexta-feira, de onde partirá para o Lobito, onde no fim-de-semana se realiza a Convenção Nacional do seu partido. ■ A.M.

Líder do CDS em Angola

Manuel Monteiro elogia Savimbi

O LÍDER do CDS chegou ontem a Angola para encontros com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, com o embaixador de Portugal junto da Comissão Conjunta Político-Militar, António Monteiro, e com o cardeal Alexandre do Nascimento. Mas, à chegada a Luanda, Manuel Monteiro tornou desde logo claras as suas intenções no que se refere ao encontro com o líder da UNITA.

Na expectativa de que Jonas Savimbi possa ser eleito Presidente da República dentro de 30 dias, o líder do CDS considerou ser chegada a hora de em Portugal "existirem políticos com suficiente lucidez para compreender a importância de uma boa relação com o dr. Jonas Savimbi" e estarem apostados "em melhorar o diálogo com a UNITA".

Ao querer assumir o papel de interlocutor privilegiado com a UNITA, Manuel Monteiro afirmou não ter qualquer intenção de se encontrar com dirigentes do MPLA porque "para amigo

do MPLA já basta o presidente do PSD" e "uma parte do PS". E disse-se preocupado que "os dois maiores partidos portugueses cultivem de mais o MPLA", afirmando que, em contrapartida, "o CDS dá o seu contributo para o futuro, reafirmando as suas relações com a UNITA".

"Boa sorte" à UNITA

Este apoio concretizou-se em rasgados elogios a Jonas Savimbi, a quem Monteiro desejou "boa sorte no processo eleitoral angolano" e a quem reconheceu publicamente "o seu combate histórico contra a ditadura marxista e a força de ocupação cubana".

Manuel Monteiro é convidado da UNITA para assistir aos trabalhos da convenção que decorrem na cidade do Lobito, sendo para aí que está previsto amanhã o seu encontro a sós com Jonas Savimbi. ■

Perspectivas da guerra e da paz em Angola

O RICO país sudoeste-africano que é Angola realizará as suas primeiras eleições democráticas de sempre no final de Setembro. O facto de tais eleições abrirem caminho à democracia ou ao regresso à guerra civil dependerá em larga medida da capacidade de a comunidade internacional estabelecer a situação de segurança.

A 31 de Maio de 1991, os dirigentes nacionalistas angolanos, Eduardo dos Santos do movimento governamental MPLA e Jonas Savimbi da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), assinaram o Acordo de Bicesse que estipula a realização de eleições legislativas e presidenciais para 29 e 30 de Setembro. Embora dando azo ao optimismo de que uma geração de guerra possa finalmente ter terminado, alguns aspectos dos acordos — mediados pelos EUA, pela URSS e por Portugal, antiga potência colonial — reeditam os erros cometidos no rotundamente fracassado Acordo do Alvor de 1975.

O Acordo do Alvor tentou estabelecer as condições de transição para a independência, incluindo as eleições e a criação de um novo exército. O acordo falhou e daí resultou uma mortífera guerra civil. A existência de algumas semelhanças entre os acordos de Alvor e de Bicesse é, pois, preocupante.

Ambos os tratados acordaram em períodos extremamente reduzidos de preparação para as eleições. Após cinco séculos de governação colonial, eram dados 11 meses aos angolanos para a realização de eleições e a garantia de independência ao abrigo do Acordo do Alvor. O Acordo de Bicesse concede um período de 15 meses que culminará nas primeiras

eleições democráticas do país. Dado o passado de guerra de Angola, a comunidade internacional espera aparentemente que os angolanos criem uma democracia pluralista quase de um dia para o outro e em grande medida por sua conta e risco.

Desde que o tratado de paz entrou em vigor em Maio passado, apenas houve uma violação significativa do cessar-fogo, mas o prazo concedido ao MPLA e à UNITA — para não falar nos incipientes 22 outros partidos — para a preparação das eleições tem sido insuficiente. Além disso, a Administração Bush, as Nações Unidas e outras potências ocidentais não têm pensado na forma de apoiar aquilo que, na melhor das hipóteses, constituirá uma experiência democrática extremamente frágil, caso as eleições sejam bem sucedidas.

A crescer às dificuldades eleitorais, ambos os acordos estipulavam a integração dos exércitos das duas partes em confronto. Ao abrigo do Alvor, deveria ter sido constituído um exército provisório a partir das desmoralizadas tropas colonizadoras e das mal preparadas forças nacionalistas, que apenas alguns meses antes se tinham envolvido num conflito mortífero com os colonizadores portugueses e que entre elas se agravava. Não é de surpreender que o novo exército nunca se tenha concretizado.

O processo de estabilização, ao abrigo de Bicesse, de umas forças armadas angolanas divididas tem sido igualmente difícil. Embora os acordos estipulem que uma nova estrutura militar de 50 mil elementos deverá estar criada quando das eleições de Setembro de 1992, até aqui foram seleccionados menos de dez por cento da força. O processo tem um atra-

to de mais de um ano. Existe uma possibilidade muito real de que, em vez de um novo exército, Angola venha a ter três — dois antigos e um parcialmente novo — na altura da realização das eleições de Setembro, nenhum dos quais inteiramente dependente do governo eleito.

Aos Governos britânico, francês e português tem cabido a responsabilidade de ajudar a moldar as novas forças armadas angolanas, mas os seus esforços não têm estado à altura da tarefa. Em consequência, não haverá uma força credível ou eficaz para controlar as tensões que inevitavelmente deflagrarão no período pós-eleitoral.

Talvez a mais incómoda semelhança entre os dois acordos consista no objectivo que eles visavam alcançar. Conforme a embaixada americana em Lisboa premonitoriamente concluiu em 1975 — segundo um telex recentemente divulgado —, o governo revolucionário português “pretendia sair de uma situação colonial muito complicada” que era vista como “um encargo político e económico”. Contrariamente a outras potências coloniais que superintenderam a transições relativamente pacíficas para a independência, Portugal preocupou-se mais em engendrar uma saída airosa de Angola do que em ajudar a resolver os sensíveis e complexos problemas do controlo político, económico e militar pós-colonial.

Alguns círculos de angolanos e observadores temem profundamente que, tal como os Acordos de Alvor, os Acordos de Bicesse visem criar um fundamento para excluir Angola da longa lista de pontos de conflito internacionais uma vez realizada

o temor é fundado. Há uma significativa escassez de apoios logísticos — como sejam helicópteros, veículos de todo-o-terreno e equipamento de comunicações — necessários ao êxito das eleições. Devido a tal escassez e à falta de pessoal especializado, as Nações Unidas não estão apetrechadas para cumprir a sua missão em Angola. Embora Margaret J. Anstee — a responsável, extremamente competente, pela operação das Nações Unidas em Angola — observe que a operação local das Nações Unidas “é a operação de manutenção de paz mais barata do mundo”, a parcimónia não é uma virtude quando está em jogo a paz.

A equipa das Nações Unidas em Angola considera particularmente difícil garantir a neutralidade da polícia, acelerar a desmobilização das tropas do MPLA e da UNITA e recolher as armas que têm levado a um drástico aumento do crime pontual em inúmeras áreas urbanas. Estas tarefas, juntamente com a supervisão e controlo das eleições, constituem a missão das Nações Unidas.

A ilustrar o problema está o facto de o orçamento da operação da ONU em Angola (117 milhões de dólares — cerca de 14,5 milhões de contos) corresponder a um quarto do destinado à vizinha Namíbia, onde as Nações Unidas desempenharam um papel crucial no êxito das eleições de há dois anos. Além disso, e em contraste com a força de 600 homens daquela organização desdobram-se pelo país vizinho, apesar de a sua população se estimar num décimo dos cerca de dez milhões de angolanos.

É justo perguntar quais os interesses dos EUA e demais potên-

cias ocidentais no bom êxito das eleições em Angola. No fim de contas, a guerra fria terminou e, fustigadas pela recessão, as potências industrializadas ocidentais têm preocupações internas mais prementes. Na verdade, Angola tem sorte em possuir grandes reservas de petróleo que geram mais de mil milhões de dólares por ano em comércio externo e devia por isso estar confiante.

Esta perspectiva ignora, no entanto, o facto de o êxito das eleições democráticas locais poderem servir de bom exemplo para outros países da África subsariana — incluindo a África do Sul, Moçambique e a Tanzânia — que se esforçam por pôr termo aos conflitos internos e por se livrarem de décadas de governação autocrática e minoritária. Ignora também a obrigação que determinadas potências ocidentais — e especialmente Washington — têm em ajudar a reabilitar um país devastado pela guerra num dos mais mortíferos conflitos regionais da guerra fria.

O fracasso das eleições e o recurso a uma guerra civil renovada adiariam também o frágil processo de recuperação económica em que Angola embarcou. Uma Angola reabilitada daria um contributo determinante para a saúde económica de toda a região.

Anstee, representante das Nações Unidas em Angola, tem solicitado à comunidade internacional um aumento do auxílio logístico e material. Tal como o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, e um grupo bipartido de congressistas e senadores diziam recentemente em cartas separadas ao Presidente Bush, Angola merece a mesma ajuda na transição para a democracia que tem sido dada à Europa de Leste e às novas repúblicas da ex-União Soviética. Isso não só ajudará a garantir o resultado positivo das eleições, e constituirá um in-

vestimento crucial na futura estabilidade e bem-estar económico, não só de Angola, mas de toda a região da África Austral.

Apesar dos preocupantes paralelos, existem diferenças significativas entre os acordos de Alvor e de Bicesse. Entre outras coisas, os últimos deram azo à presença de instituições como sejam as Nações Unidas e a Comissão Conjunta Político-Militar, que incutiram na preparação para as eleições uma certa ordem. Mais importante ainda é a escassa intromissão de potências estrangeiras, como sejam os EUA, Cuba, a URSS e a África do Sul, que contribuiu para o fracasso do Acordo de Alvor.

O MPLA, a UNITA e as restantes organizações têm na realidade feito encorajantes progressos na preparação das eleições de Setembro. Mais de 4,76 milhões de pessoas foram recenseadas, o que ultrapassa substancialmente a previsão mais optimista.

Subjacente ao ímpeto do recenseamento está uma saturação da guerra, comum a todos os angolanos. Uma vitória eleitoral pode no entanto não significar muito, a menos que os governos que ajudaram a minar a primeira geração de independência em Angola assumam um papel mais activo na criação de uma força militar e de polícia imparcial — condição prévia para a paz —, para já não falar da democracia no país. ■

Wilney W. Schneidman,
membro do The Study Group
on Angola, Center for Strategy
in International Studies,
Washington

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 31 AGOSTO 1992

Comentário

António Matos

No fio da navalha

A CADA DIA que passa, a tensão aumenta em Angola. Talvez por alguns dos pressupostos para que as eleições se realizem num clima de liberdade e segurança ainda estarem por cumprir e o tempo ser cada vez mais escasso. E há um factor psicológico que não se pode ignorar: tudo tenderá a precipitar-se se algum dos dois partidos, ainda armados, que polarizam a disputa política — MPLA/Governo e UNITA — apresentar que perde as eleições. Vive-se, em Angola, no fio da navalha.

Os signatários dos Acordos do Estoril parece terem esquecido o aperto de mãos de 31 de Maio de 1991 com a proximidade da data das eleições, que se espera não sejam decididas pela mesma força das armas que levou uns a tomar o poder em 1975 e os outros a forçar as negociações 15 anos depois. Os dois exércitos partidários continuam, mostrando-se quer Savimbi, quer Eduardo dos Santos aparentemente interessados em adiar a sua extinção.

Nos últimos dias, a observação internacional do processo eleitoral tem sido desacreditada. Elementos do MPLA/Governo acusaram as forças das Nações Unidas de parcialidade, “por não denunciarem os desmandos da UNITA”. Este partido, por seu lado, acusa os elementos da ONU de “estarem a fazer turismo em Angola”. Sobre a missão da ONU recaem, também, acusações de não estarem a fazer o controlo dos desarmamentos. Por outro lado, a UNITA parece preparar-se para desacreditar o processo eleitoral, começando por afirmar que fica-

'Este ainda não é um ponto sem retorno'

António Matos
em Luanda

As novas Forças Armadas Angolanas (FAA) já têm, desde quarta-feira, os chefes dos três ramos e o respectivo Exército os comandantes das regiões militares. O passo mais importante, pelo seu simbolismo, dado até hoje na formação das FAA — segundo o general Tomé Pinto, chefe da missão militar portuguesa que, em conjunto com franceses e ingleses, presta assessoria aos angolanos neste processo. Contudo, as tensões e dissensões políticas, alimentadas pela subsistência dos dois exércitos partidários e pela polémica gerada em torno da polícia antimotim, ameaçam transformar as novas FAA apenas num terceiro exército. Talvez por isso, Tomé Pinto afirma "que este ainda não é um ponto sem retorno".

Tomé Pinto, 56 anos, general de três estrelas do Exército português há 11, assume uma atitude cautelosa para se referir à formação das FAA. Embora consciente de que a máquina que está a ajudar a montar não é uma peça isolada e é muito sensível às pressões políticas, prefere referir-se apenas ao papel técnico que desempenhou nos últimos 14 meses: a assessoria à formação das FAA. Um confesso optimismo, sustenta-o no empenhamento dos dois generais que compõem o comando bicéfalo das FAA — Abílio Numa (ex-FALA) e João Matos (ex-FAPLA, exército governamental) — e no curto espaço de tempo "em que um processo tão complexo ganhou corpo".

Para o general português, "a rapidez com que se recuperaram os quartéis e se instituíram os rudimentos de uma nova doutrina militar" a partir de dois exércitos com "filosofias totalmente diferentes (um com a filosofia do Pacto de Varsóvia e outro forjado na guerrilha)" foi um percurso "só possível pela vontade dos angolanos, que há-de fazer perdurar a paz".

À cerimónia de tomada de posse, presidida por outra estrutura bicéfala — a representação na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) dos signatários dos acordos de Bicesse, António dos Santos França "N'Dalu" (Governo) e Elias Salupeto Pena (UNITA) —, assistiu o Cardeal Patriarca de Luanda, Alexandre do Nascimento, como que abençoando as forças armadas da chamada Segunda República. João Matos, discursando em nome do Comando Superior das FAA, voltaria a insistir na "neutralidade e apartidarismo" das novas forças armadas. Gaspar Rufino (ex-FAPLA, forças armadas governamentais), na Marinha, Domingos Lutoki "Wiyó" (ex-FALA, exército da UNITA), no Exército, e Pedro Neto (ex-FAPLA) foram os generais empossados nas chefias dos três ramos.

Enquanto isto, o general Ben-Ben, falando pelo quartel-general das FALA sediado no Huambo, emitia um comunicado em que chamava aos militares (falando também pelos guerrilheiros das FAPLA) o papel de sacrificados "num processo que

os políticos ameaçam comprometer". Nos termos do comunicado, a declaração da polícia nacional de que "não permitirá os desmandos da UNITA" é considerada uma "declaração de guerra". Segundo ainda este comunicado, "a UNITA impugnará" as eleições de 29 e 30 de Setembro se não forem "comprovadamente livres, justas e transparentes".

Para os observadores em Luanda, não foi despropositada a publicação deste comunicado no dia em que se instituiu a espinha dorsal das FAA, assim como não surgiu ao acaso um outro comunicado do Governo, repudiando as acusações da UNITA à nova polícia antimotim, acusada pela organização de Jonas Savimbi de ser essencialmente constituída por antigos combatentes das FAPLA. O primeiro texto sugere, aliás, que as FALA subsistirão contra este corpo policial, o que gera um ambiente de grande ansiedade.

A ausência de uma data para a extinção dos dois exércitos é, sem dúvida, a maior preocupação dos observadores do processo de paz, na medida em que subsiste a possibilidade de qualquer um dos principais partidos reagir pela força das armas a uma derrota eleitoral ou de se desencadearem confrontos armados em grande escala antes ainda do dia 29 de Setembro. No âmbito da CCPM, Governo e UNITA tinham acorda-

do com o dia 31 de Agosto como data limite para acabar com as FAPLA e as FALA, objectivo agora encarado com pessimismo. Crescem, por isso, os receios de que no território angolano venham a existir três exércitos.

Isto apesar de a maioria dos efectivos das FALA e das FAPLA estarem acantonados.

Só que essa concentração das tropas está longe de ser controlada, assim como os respectivos armamentos, "a que os antigos combatentes poderão ter acesso com toda a facilidade" — denuncia um observador do processo de paz. A responsabilidade por esta situação é atribuída à ineficácia das forças das Nações Unidas (UNAVEM II). Não é, aliás, atitude original acusar a UNAVEM II de não cumprir adequadamente a sua missão de verificação do cumprimento dos pressupostos dos acordos de paz. No início da semana, já a UNITA e o MPLA o haviam feito (ver edição de ontem do PÚBLICO).

Para além dos dois comunicados antes referidos, a última quarta-feira foi ainda o dia escolhido pela UNITA para pôr em causa o registo eleitoral. Segundo Abel Chivukuvuku, 500 mil refugiados angolanos ficaram por registar "por influência do Governo junto da Comissão Nacional Eleitoral (CNE)". Onofre dos Santos, director-geral das eleições, refutou esta acusação, afirmando que a decisão de não prolongar o registo eleitoral depois

de 10 de Agosto "foi uma decisão unilateral da CNE. Aliás, um quadro técnico da missão das Nações Unidas para fiscalizar o processo eleitoral angolano afirmaria, em declarações ao PÚBLICO, que os cerca de 4,8 milhões de eleitores registados "excedem as melhores expectativas", nomeadamente porque "se estima em dez milhões a população angolana e mais de metade da população, segundo estimativas da ONU, tem menos de 15 anos". ■

Malange junta generais

OS CHEFES dos Estados-Maiores das FAPLA (Forças Armadas governamentais) e FALA (da UNITA) decidiram ontem realizar, "o mais tardar até ao dia 5" do próximo mês, uma reunião, em Malange, para "regularizar a situação crítica que se vive nesta província".

Arlindo Pena Ben-Ben, das FALA, disse que o objectivo do encontro será demonstrar que é possível "regularizar a situação a partir de Malange e garantir que não extrapole para outras partes do país". Ben-Ben e Alberto Correia Neto, das FAPLA, procuraram "ler a situação com firmeza" e "trazer ideias para minimizar as desconfinanças entre as duas partes", acrescentou optimista.

A capital da província de Malange, que ontem foi visitada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, tem sido palco de confrontos entre simpatizantes das duas principais forças políticas.

Jonas Savimbi afirmou há algumas semanas que a parte das FALA não entraria em confronto com as forças separatistas de Cabinda, o que foi mal recebido pois pôe em causa a unidade e o apartidarismo das Forças Armadas Angolanas, agora em processo acelerado de formação.

cas angolanas. A este propósito, a UNITA terá manifestado preocupação com a conduta manifestada pela polícia "antimotim", mas afastou a eventualidade de os seus soldados dirigirem ataques contra aquela força.

De acordo com o chefe do Estado-Maior das FALA, durante o encontro foram ainda abordados aspectos relativos às futuras Forças Armadas angolanas (resultantes da fusão dos dois exércitos), nomeadamente sobre a participação ou não de soldados da UNITA em operações em território cabinda.

ram por registar 500 mil pessoas. É de prever que em caso de derrota eleitoral por uma margem inferior a esta, a organização de Jonas Savimbi não aceite os resultados.

O espírito dos acordos de paz tem sido ignorado e a propaganda hostil sobe de tom quotidianamente. Savimbi falava recentemente da "facção das FAPLA (exército da UNITA) nas FAA (novas Forças Armadas Angolanas)" e acusa o Governo de ter formado a polícia antimotim a partir dos antigos combatentes das FAPLA (exército governamental). O Governo reage com sobranceira aos apelos dos observadores internacionais — nomeadamente da Administração norte-americana que diz ser a polícia antimotim o principal gerador da tensão que se vive no país — no sentido da necessidade de assegurar a neutralidade da polícia.

Este clima, com o início, amanhã, da campanha eleitoral, tenderá a agravar-se se o estado de espírito dos principais opositores não se alterar. Estamos perante o maior desafio jamais feito à Comissão Conjunta Político-Militar, organismo encarregado da aplicação dos acordos de paz, que tem tido grande protagonismo na vida política angolana, mas tem revelado uma reduzida eficácia nos momentos decisivos. ■

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 26 AGOSTO 1992

8 Sondagem dá 67,8 por cento a Eduardo dos Santos

UNITA acusada de instigar "tentativa de sequestro"

GUILHERME VERANCIOLINA

António Matos, em Luanda

PUBLICO SÁBADO, 29 AGOSTO 1982



Eduardo dos Santos com um chapéu de soba do Malange

A campanha eleitoral angolana começou às zero horas de hoje. Por entre novas acusações de dissidentes da UNITA e uma sondagem que dá ao actual Presidente da República 67,8 por cento das intenções de voto.

Paulo Tchিপilica e Tony da Costa Fernandes apresentaram ontem aos jornalistas a sua versão dos incidentes registados quarta-feira à noite no Huambo, onde alegadamente foram vítimas de uma "tentativa de sequestro e linchamento por populares armados de pedras e cataras, incitados pela UNITA".

Os dois antigos dirigentes da UNITA — que constituíram a Tendência de Reflexão Democrática e se aliaram ao Fórum Democrático Angolano para concorrerem às eleições legislativas de 29 e 30 de Setembro — falavam em Luanda, durante uma conferência de imprensa rodeada de fortes medidas de segurança em que intervieram também N'Zau Puna e Miranda Dias, outros dois dissidentes do partido de Jonas Savimbi.

O líder da UNITA foi novamente acusado de contrariar os acordos de paz, ao não permitir a livre circulação de pessoas e bens no país.

"O que é que estão a fazer as organizações internacionais em Angola se eu não posso ir buscar a minha mulher à Jamba" — perguntou Tony da Costa Fernandes, para quem "Savimbi mantém prisioneiros" no seu quartel-general.

Ainda segundo o antigo "ministro" da UNITA para os Negócios Estrangeiros, "o brigadeiro

Wenda, da comissão mista de verificação e fiscalização da aplicação dos acordos, organizou, levou e enquadrou as FALA [Exército da UNITA] ao aeroporto do Huambo".

O avião em que os dois dissidentes da UNITA regressariam a Luanda foi cercado e apedrejado no aeroporto do Huambo, quarta-feira à tarde.

Queixas a Butros-Ghali

No momento em que se iniciou a campanha eleitoral, às zero horas, as posições entre a UNITA e o MPLA parecem mais extremadas do que nunca e a missão das Nações Unidas para as eleições em Angola (Unavem II) vem sendo desacreditada.

Durante um comício realizado na cidade de Malange, quinta-feira, José Eduardo dos Santos afirmou que será portador de "uma mensagem para o secretário-geral das Nações Unidas", Butros-Ghali, porque os mecanismos de verificação "não estão a funcionar".

O líder do MPLA recebera queixas de militantes do partido, nesse sentido, na província de Luena.

Numa sondagem ontem divulgada pelos órgãos de Comunicação Social angolanos, o Presidente da República é dado como

favorito para as eleições presidenciais, reunindo 67,8 por cento das intenções de voto.

A origem desta sondagem não foi divulgada pela Imprensa oficial, mas o PUBLICO apurou em Luanda que foi encomendada pelo MPLA a uma empresa de capitais brasileiros e angolanos, a "Consensos Mercados de Opinião".

Este estudo, que se afirma ter sido feito entre 1 e 15 de Agosto junto de 3.899 eleitores e com uma margem de erro de quatro por cento, dá a Jonas Savimbi 15,2 por cento das intenções de voto. Holden Roberto reuniria 2,4 por cento, Luís dos Passos 1,4 e Daniel Chipenda um por cento.

A sondagem, apresentando separadamente as intenções de voto pelos dois sexos, dá ao MPLA 66,6 por cento e aponta para que menos de 16 em cada cem eleitores votem na UNITA.

O início da campanha ficará assinalado por um comício de Eduardo dos Santos em Luanda, enquanto a UNITA começará no Lobito os trabalhos da sua Convenção Nacional. Os 18 partidos e 12 candidatos às legislativas e presidenciais terão dez minutos de tempo de antena na televisão e vinte no rádio, em dias alternados.

Ao que o PUBLICO apurou, apenas o MPLA já está em condições de preencher o espaço televisivo.

pequena da FLEC-FAC, com um efectivo que os diplomatas ocidentais estimam em 120 guerrilheiros, contra os 600 homens de que dispõem actualmente as Forças Armadas de Cabinda — raptou três cidadãos portugueses.

A libertação dos três portugueses só foi conseguida depois de os seus empregadores se terem disposto a ceder roupa e medicamentos aos guerrilheiros e após o pagamento de um resgate cujo valor não foi conhecido.

Joaquim Trigo de Magreiros

MINE à espera de sinal dos raptadores

Português sequestrado em Cabinda

PUBLICO 29 AGOSTO 1982

No mês passado, dois cidadãos franceses foram raptados pela FLEC-FAC e mais tarde libertados no Zaire, país que o Governo de Luanda acusa de fomentar os movimentos separatistas para depois se apoderar do petróleo de Cabinda.

Ainda em Julho, a FLEC Renovada — "rival" mais

em actividade em Cabinda, para quem a retirada dos estrangeiros residentes no enclave é um ponto central da campanha independentista, têm multiplicado as suas acções à medida em que se aproxima a data das primeiras eleições multipartidárias em Angola, marcadas para Setembro.

Uma fonte diplomática contactada em Lisboa disse ao PUBLICO que as duas embaixadas estão prontas a "agir", isto é, a "iniciar negociações" sob a orientação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, logo que recebam um "sinal" dos raptadores do cidadão português.

As forças separatistas

Segundo o "Jornal de Angola", Martinho da Silva, um empregado da firma de construção sul-africana Murray and Roberts, teria sido sequestrado na última quinta-feira por guerrilheiros da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-Forças Armadas de Cabinda (FLEC-FAC).

AS EMBAIXADAS portuguesas em Luanda e Kinshasa continuavam, ontem à tarde, em comunicação permanente com Lisboa, enquanto esperavam um contacto dos responsáveis pelo rapto de José Martinho da Silva, o cidadão português que desapareceu na última quinta-feira no enclave de Cabinda.

Angola na Expo

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, presidiu ontem aos trabalhos oficiais do dia de Angola na Exposição Universal de Sevilha, declarando que o seu país atravessa "uma delicada fase política, social e económica". José Eduardo dos Santos destacou a Sevilha para assistir às comemorações do Dia de Angola, não se tendo encontrado com o presidente do Governo espanhol Felipe Gonzalez, representado por Claudio Aranzadi, ministro da Indústria e Energia. Depois dos discursos oficiais, com carácter mais protocolar do que político, José Eduardo dos Santos assistiu a um desfile de trajes tradicionais do seu país, a um espectáculo de dança e música tradicional "Mafimba" e a uma exibição do Ballet Nacional de Angola.

Conflito de Casamança aproxima Dacar de Bissau

PÚBLICO
30 AGOSTO 1982

CASAMANÇA, província meridional do Senegal, que faz fronteira com a Guiné-Bissau, pode vir a tornar-se mais uma zona sangrenta em África, depois de, nas últimas semanas, terem aumentado de intensidade os confrontos armados entre forças governamentais e independentistas.

O conflito opõe o regime do Presidente Abdou Diouf, de Dacar, aos separatistas do Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC). A imprensa da Gâmbia noticiou que no Norte de Ziguinchor se vive uma insegurança total. As populações abandonam tudo e partem em direcção à Guiné-Bissau e à Gâmbia, países vizinhos.

O Movimento Independentista de Casamança, surgido no século XIX e incarnado agora pelo

IC, alarga-se em acções de guerrilha e obriga o Governo senegalês a fazer deslocar para o local tropas de elite, reforçando os largos efectivos aí concentrados.

Ciente da gravidade da situação que se vive em Casamança, Dacar tem vindo a procurar o apoio dos países vizinhos, incluindo a Guiné-Bissau e a Gâmbia.

Em relação ao Governo de Bissau, desde sempre acusado pelas autoridades senegalesas de apoiar os homens de Abada Diamaacoune Senghor, líder espiritual dos separatistas, o Presidente Abdou Diouf, mudou de tom e tudo tem feito para conseguir de "Nino" Vieira o acordo para operações conjuntas contra a guerrilha instalada no interior do seu país.

Fontes da oposição guineense arantaram ao PÚBLICO que Dacar ofereceu ao PAIGC, como moeda de troca, apoios para a sua campanha eleitoral.

O facto é que, nos últimos dias, se assiste a um verdadeiro frenesi entre as duas capitais. Bara Diouf, deputado e ex-director do jornal "Le Soleil", colaborador próximo do Presidente senegalês, esteve duas semanas na Guiné-Bissau, tendo acompanhado "Nino" Vieira em visitas à Província Norte, zona ribeirinha de Casamança. E foi durante esta viagem que o Governo de Bissau alterou a sua posição de neutralidade no conflito que vinha mediando desde há cerca de três anos, mercê de uma diplomacia atenta e cuidadosa.

O dirigente guineense, criticou abertamente os rebeldes e responsabilizou-os pela "situação grave" que se vive em Casamança. Defendeu o princípio da integridade territorial dos países

africanos e disse que a África só lhe resta o caminho da integração económica e política, não havendo lugar para separatismos.

A mudança de discurso encurta as distâncias e anima o vaivém entre os dois países. O chefe de Estado Maior da Presidência senegalesa vai a Bissau, é recebido por "Nino" Vieira, mas recusa-se a fazer declarações aos jornalistas. Enquanto o Governo guineense prepara uma delegação governamental chefiada pelo titular da defesa para ir a Casamança, o ministro da Segurança,

Aboubacar Belde, desloca-se a Dacar e mantém conversações com as autoridades locais.

Abada Diamaacoune Senghor deixa de ser visto em Casamança e há quem receie pela sua vida, embora a maioria das pessoas diga que ele se juntou aos guerrilheiros nas matas.

O acordo de paz assinado em Maio do ano passado, em Bissau, entre os rebeldes e o Governo senegalês, previa o cessar-fogo imediato, retirada para os quartéis de todas as forças de segurança e a livre circulação de pessoas e bens, mas foi logo a seguir posto em causa por uma das facções do MFDC, denominada Forças do Sul, que prosseguiram com a luta armada, sob a alegação de que Dacar não estava a cumprir.

Graças a uma nova mediação do Governo guineense, foi possível, em Abril, elaborar uma declaração em que as partes envolvidas no conflito se comprometiam a respeitar a aplicação do acordo. Decorridos quatro meses, eis que a morte espregueada em Casamança e os arados e as sementeiras são substituídos por armas e granadas.

Casamança, zona iminentemente agrícola, considerada o celeiro do Senegal, foi possessão portuguesa até 1886, altura em que passou para o domínio francês por troca com outros territórios que hoje fazem parte da Guiné-Bissau. ■

José António Silva,
em Bissau

Militares da Guiné-Bissau descontentes

PÚBLICO
31 AGOSTO 1982

AS FORÇAS ARMADAS guineenses poderão entrar em greve — foi decidido após uma reunião de três dias das chefias militares com o ministro da Defesa Nacional e o presidente João Bernardo Vieira.

A grande instabilidade que assola o sector castrense da Guiné-Bissau tem provocado contínuas deserções das unidades militares e motivou o envio de uma carta ao ministro da tutela, Samba Lamine Mane, na qual os signatários exigiam profundas alterações nas Forças Armadas, designadamente na actualização dos vencimentos e no seu pagamento de forma regular.

Na manhã de quinta-feira iniciou-se a reunião presidida por João Bernardo Vieira e na qual participaram o ministro Lamine Mane e todas as chefias militares. O encontro acabou mais cedo do que se esperava e colocou em campos opostos ex-oficiais, antigos combatentes na luta de libertação e os oficiais mais jovens, com cursos de formação em academias do Leste europeu e na Europa ocidental.

Segundo uma fonte militar declarou à agência Lusa, a desorganização está patente

no facto de, desde 1984, existirem militares que esperam a desmobilização. "A necessidade de novos recrutamentos faz-se também sentir, pois é necessário substituir os que já deviam ter saído e, por outro lado, prestigiar o serviço militar", acrescentou.

Presidente defende reestruturação

As promoções são outro foco de instabilidade no seio das Forças Armadas Guineenses. Os jovens oficiais dizem que não são promovidos, porque os combatentes que participaram na guerra colonial continuam no activo.

As resoluções finais do encontro apontam para a necessidade de redimensionar as Forças Armadas à dimensão do país, de definição de uma política de Defesa Nacional, e de reorganizar os departamentos financeiro e de logística. Pede-se também ao Governo para aprovar medidas que facilitem a reinserção dos militares na vida civil.

No primeiro dia dos trabalhos, o presidente Bernardo Vieira defendeu a reestruturação e a despartidarização das Forças Armadas. ■

Lusa

Renamo prepara ofensiva militar

A RESISTÊNCIA Nacional Moçambicana (Renamo) projecta apoderar-se das capitais de província actualmente controladas pelo Governo, pouco antes da assinatura de um acordo de cessar-fogo previsto para Outubro, segundo um comunicado do Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique ontem veiculado pela agência noticiosa AIM. Segundo o documento, "unidades especiais" da Renamo treinadas no Quênia ter-se-iam infiltrado no centro do país, através do Malawi, com esse propósito. Os rebeldes esperariam retomar pequenas cidades da região da Zambézia, que controlaram durante os anos 80, e sobretudo a vila de Luabo, um importante centro açucareiro. Os dirigentes rebeldes teriam ordenado, pelo contrário, a interrupção dos raids sobre Maputo, Xai-Xai e Inhambane, no Sul do país, para captarem a simpatia das populações. O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, e o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, comprometeram-se em Roma, no dia 7, a assinarem um cessar-fogo até ao primeiro dia de Outubro para por fim à guerra civil. ■

Missionário morto em Moçambique

UM MISSIONÁRIO médico comboniano, Alfredo Fiorini, foi assassinado na segunda-feira na província de Nampula, Moçambique, quando uma metralhadora atingiu o veículo em que seguia. Fiorini, 37 anos, de Terracina, morreu imediatamente após o atentado, realizado por desconhecidos, entre as 11h e as 12h locais, quando circulava entre Nacala e Carapira. Fiorini dirigia o hospital da missão de Namapa. ■

Bispos pedem paz em Moçambique

OS BISPOS católicos moçambicanos exortaram ontem à assinatura urgente de um acordo de paz em Moçambique. "Que a paz e a reconciliação nacional do povo moçambicano substituam, o mais cedo possível, o ribombar das bazucas e das metralhadoras e possibilitem o regresso dos refugiados e deslocados às suas terras de origem", refere uma nota pastoral assinada pelo presidente do Conselho Ecuménico e bispo de Tete, D. Paulo Mandlate. A mesma nota saúda igualmente o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, pelos resultados da recente Cimeira de Roma. A declaração política assinada na capital italiana, no passado dia 7, pelos dois líderes estabelece que a guerra em Moçambique deverá terminar até dia 1 de Outubro próximo, pondo fim a um conflito militar de 15 anos entre a guerrilha da Renamo e as tropas regulares. O documento exorta o Governo moçambicano e a Renamo a evitarem desde já a "multiplicação de mortes" e o "recrudescimento da guerra" enquanto é aguardada a meta do fim da guerra. "A Igreja Católica está preocupada com a continuação dos combates, sequestro de pessoas, destruição de habitações e bens, que ainda se verifica em muitas partes do nosso país", refere ainda a pastoral. ■

Motim em Moçambique

QUATRO centenas de mutilados de guerra e antigos combatentes da luta armada de libertação moçambicana amotinaram-se ontem de madrugada, cercando o emissor de rádio oficial, na Matola, a cerca de dez quilómetros de Maputo. Exigindo o aumento das pensões de reforma e de sangue e a melhoria das condições de alimentação e alojamento nos centros onde se encontram internados, os amotinados cortaram o

tráfego rodoviário na estrada nacional número 2 que liga a capital à Matola, vila de Boane e às fronteiras com a Suda-áfrica e África do Sul. Um dos revoltados disse à emissora que vendia mensalmente 18 mil meticais — cerca de 750 escudos portugueses. Não se registaram incidentes nos o comércio encerrou preventivamente durante algumas horas. Ao princípio da manhã, outro grupo de mutilados realizou também uma manifestação por idênticos motivos, mas desta vez os protestos decorreram até mais tarde, em frente às instalações do Comité Central da Prefeitura. ■

EXPRESSO, SÁBADO 29 DE AGOSTO DE 1992

Empresas portuguesas na FACIM

O ICEP-Instituto do Comércio Externo de Portugal promoveu a idealização de 42 empresas e quatro associações empresariais à FACIM, Feira Internacional do Maputo, ontem inaugurada.

Neste certame, que decorrerá até 6 de Setembro, o pavilhão português ocupa uma área de 864 metros quadrados, sendo a mais numerosa representação estrangeira, entre as onze que se deslocaram a Moçambique.

As empresas nacionais presentes na FACIM abrangem sectores

como os dos bens de consumo, serviços e consultadoria, bens de equipamento e matérias-primas para a indústria. Na FACIM estão ainda representadas cerca de vinte empresas de capitais mistos luso-moçambicanos.

A balança comercial entre os dois países tem apresentado sempre saldos favoráveis para Portugal, embora no último triénio se tenha verificado uma depreciação do coeficiente de cobertura das importações portuguesas. No ano transacto, Portugal exportou para

Moçambique produtos no valor de 5,56 milhões de contos, enquanto as importações ascenderam a 2,46 milhões de contos, durante o mesmo período.

No primeiro trimestre deste ano verificou-se uma inversão desta tendência, dado que as exportações portuguesas registaram valores mais baixos que os das importações — 1,315 milhões de contos contra 1,788 milhões —, que se traduzem num saldo comercial negativo para Portugal de 472.717 contos.

EM MOÇAMBIQUE. PÚBLICO 30 AGOSTO 1992

■ Mais de 1900 casos de cólera, com 187 óbitos, foram notificados no primeiro semestre de 1992, segundo o Ministério da Saúde. Moçambique, com cerca de oito mil casos registados e 187 óbitos, continua a ser o país africano com maior índice desta doença, de acordo com um relatório da Organização Mundial de Saúde.

Moçambique vence Lesoto

A SELECÇÃO de Moçambique de futebol venceu ontem no Maputo a sua congénere do Lesoto por 3-0, em encontro da segunda jornada do Grupo 4 da fase de apuramento para a fase final da Taça de África. Ao intervalo, Moçambique venceu por 1-0, gol de Tico-Tico. Na segunda parte marcaram Arnaldo e Danito. ■

S. Tomé e Príncipe a braços com peste suína

PUBLICO 29 AGOSTO 1992

O GOVERNO de S. Tomé e Príncipe lançou ontem um apelo à ajuda internacional para financiar a segunda fase de um plano de luta contra a peste suína africana. A epidemia declarou-se em Junho último e mais de sete mil porcos foram já abatidos no distrito de Cantagalo, no sul da ilha de S. Tomé. Várias outras zonas do arquipélago estão ameaçadas pela doença, que põe em causa um plano de desenvolvimento da suinicultura, no período 1992/95. Segundo um comunicado governamental, as ajudas fornecidas pelo Programa Alimentar Mundial (3 mil dólares, cerca de 375 contos) e pela França (750 mil francos, cerca de 18,7 mil contos), durante as últimas semanas, foram utilizadas sem que a epidemia pudesse ser erradicada. ■

Desbloquear Codesa

PUBLICO 29 AGOSTO 1992

UM MEMBRO do Governo sul-africano e um responsável do Congresso Nacional Africano (ANC), Roelf Meyer e Cyril Ramaphosa, reuniram-se ontem, pela terceira vez em duas semanas, para tentarem desbloquear as negociações para a nova Constituição, Codesa. O diálogo foi interrompido pelo partido de Nelson Mandela na sequência de um massacre de 40 indivíduos, a 17 de Junho, em Boipathong. Entretanto, um outro acto de violência contra uma família negra de seis pessoas, na província do Natal, fez relançar acusações da parte do movimento zulu Inkhata contra o ANC. ■

ANC rejeita aberturas de Pretória

PUBLICO SABADO 29 AGOSTO 1992

O CONGRESSO Nacional Africano, de Nelson Mandela, rejeitou ontem as últimas propostas de abertura do Governo para eliminar as divisões racistas na polícia sul-africana e para o reatamento das conversações multilaterais de democratização.

O ANC descreveu estas propostas como "tentativa de reestruturação unilateral" da sociedade, que rejeita; em alternativa, a organização de Nelson Mandela pretende ver uma transição completa do "apartheid" para a democracia multipartidária.

Hernus Kriel, o ministro da Lei e da Ordem, anunciara na quinta-feira a passagem antecipada à reserva de treze generais da polícia, que em parte dariam lugar aos primeiros oficiais negros de alta patente naquele corpo militar.

Ao mesmo tempo, o minis-

tro revelou a constituição de uma nova comissão independente — incluindo advogados e especialistas estrangeiros entre os seus 35 membros — para investigar alegações de conduta imprópria por parte da polícia. Mas o Congresso Nacional Africano continua a exigir um tribunal completamente independente para investigar as actividades da polícia, que acusa de cometer atrocidades. ■

entre a violência e as promessas

A VIOLENCIA política continua a causar vítimas na África do Sul. Nove pessoas, entre as quais uma criança, morreram ontem em incidentes separados respectivamente e Khayelitsha, um subúrbio negro da Cidade do Cabo, em Worcester, também no Cabo, durante um funeral em Shepstone, na província do Natal, em Evaton e Thokoza, nos arredores de Joanesburgo e em Alexandra.

A violência política causou mais de seis mortos na África do Sul nos últimos dois anos, segundo um relatório oficial publicado na semana passada pela Comissão dos Direitos do Homem, uma organização próxima do Congresso Nacional Africano (ANC), números que têm uma oportunidade particular no momento em que a comissão presidida pelo juiz Richard Goldstone procura conquistar mais meios para poder otimizar as funções de que foi encarregada.

A criação de um novo comité dotado de acrescidos poderes no seio da comissão de inquérito sobre a violência na África do Sul acaba de ser saudada por personalidades de todos os quadrantes políticos e confirmar o prestígio que Goldstone conseguiu obter nos trabalhos, escreveu o jornal sul-africano "Sunday Times" na edição de ontem.

O jornal afirma que o ANC, o movimento conservador zulu Inkatha e o Governo sul-africano exprimiram todos o seu acordo pelo reforço dos poderes de investigação da comissão Goldstone, criada em Setembro de 1991 na sequência do massacre de Boipatong, onde o assassinio de 43 pessoas motivou o afastamento da organização de Nelson Mandela da Conferência para uma África do Sul Democrática (Codesa) e uma crise política com poucos precedentes no país.

Goldstone anunciou sábado que iria criar um novo comité, dotado de poderes de investigação directos, a fim de investigar as violências políticas na África do Sul, as quais causam, todos os meses, uma média de 300 mortos numa espiral que parece não ter fim.

O ANC aplaudiu imediatamente a iniciativa num comunicado, tendo o Inkatha considerado igualmente que ela é útil, sublinhando no entanto que a organização de Mandela é a principal causadora de toda a instabilidade que depois conduz à violência. Mas o ministro da Justiça, Kobie Coetsee, disse que

as medidas propostas por Goldstone são "as mais importantes jamais tomadas para pôr fim à violência".

Presos políticos podem ser libertados

Mas o "Sunday Times" deu ontem outra notícia importante: um antigo responsável de uma base naval sul-africana, preso por espionagem por conta da antiga União Soviética e libertado a semana passada, afirmou que o Presidente Frederik de Klerk estaria pronto a libertar todos os presos políticos ainda detidos nas cadeias do país.

Segundo Dieter Gerhardt, preso em 1983 por passar à ex-URSS informações ultra-confidenciais sobre a Marinha sul-africana e hoje refugiado na Suíça, o Presidente sul-africano está pronto para um compromisso. "De Klerk mandou um sinal claro ao Congresso Nacional Africano (...) e deseja negociações e não uma confrontação", explica

"Nos termos da lei, eu era um preso político. Isso mostra que o Governo sul-africano reconhece que todos os presos políticos devem ser libertados no próprio interesse da nova África do Sul [Gerhardt escolheu aqui uma expressão utilizado pela primeira vez por Frederik de Klerk quando tomou posse como Presidente e por ele várias vezes repetida]", declarou o antigo espião.

A questão dos presos políticos sul-africanos, cujo desenlace é objecto do optimismo de Gerhardt, é no entanto uma das questões mais controversas entre a maioria negra congregada no ANC e o Governo de minoria branca. O ANC afirmou várias vezes que quatro centenas de membros da organização continuam detidos, enquanto o Governo sustenta que todos os activistas presos foram libertados e que apenas continuam na cadeia os presos de delito comum.

Dieter Gerhardt, 56 anos, foi entretanto louvado por Nelson Mandela que ontem enalteceu "os [seus] sacrificios em prol da luta" contra o "apartheid". "O facto do Governo o ter mantido na prisão ao mesmo tempo que outros camaradas, apesar da repetidas promessa em libertar todos os presos políticos, era uma fonte de grande inquietação e cólera", afirma o dirigente do ANC numa carta aberta ontem enviada à Comunicação Social. ■